SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: TGT Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

26/03/2015 - Teletime

Berzoini promete iniciar debate sobre regulação de mídia ainda este ano

cO ministro das Comunicações, Ricardo Berzoini, disse nesta quinta-feira, 26, durante participação em comissão geral na Câmara dos Deputados, que o governo não tem uma proposta pronta de atualização do marco regulatório das comunicações, mas que iniciará o debate, ainda este ano, para que se chegue a um consenso sobre eventuais mudanças. Segundo o ministro, que apresentou as prioridades da pasta aos parlamentares, as discussões serão realizadas também por outros ministérios, como o da Cultura, da Ciência, Tecnologia e Inovação, Secretaria-Geral da Presidência da República e de Direitos Humanos.

Berzoini voltou a negar a intenção do governo de controlar a mídia, "o que há é uma discussão democrática saudável sobre o papel social dos meios de comunicação, que com o avanço tecnológico ficam com mais liberdade", afirmou. Ele disse que o debate não pode ser feito com preconceito, antes que se produza uma proposta. "Vamos construir consensos, para além do maniqueísmo ou da tática partidária", ressaltou.

Berzoini disse que a liberdade de expressão é uma cláusula pétrea na Constituição e afirmou que defende isso, mas sustenta que todo direito previsto na Carta deve ser combinado com outros, como o direito à honra. "Os direitos trabalhistas não podem mitigar a livre iniciativa", exemplificou. Ele disse que a proposta do governo deverá refletir o caráter multipartidário do governo.

Banda larga

Sobre o programa Banda Larga para Todos, Berzoini citou apenas as metas gerais, de aumentar o número de acessos de 197 milhões para 300 milhões e a média de velocidade de 6,8 Mbps para 25 Mbps; e levar fibra ótica para 90% dos municípios e 45% dos domicílios urbanos, até 2018. "Vamos aumentar em 2,5 vezes a infraestrutura existente no País", afirmou.

O ministro voltou a defender a revisão do sistema tributário, que pune vários setores da economia, inclusive o de telecomunicações. E quer incentivos para que a indústria brasileira de TI passe a ser produtora importante, como são as de países europeus e asiáticos, além dos Estados Unidos.

26/03/2015 - Telesíntese

Ligações de telefone fixo para celulares da Nextel e Algar caem até 16%

O conselho diretor da Anatel aprovou hoje a queda do VC da Oi, Telefônica e Algar em até 16%

A Anatel deliberou hoje pela imediata aplicação da redução na tarifa das ligações fixas feitas pelos telefones da Telefônica e da Oi para os celulares da Nextel e Algar Telecom. A redução para as ligações fixas para Nextel devem cair 16% e para os celulares feitos pelos telefones fixos da Algar irão cair entre 9% e 13%, a depender da cidade de onde será feita a ligação.

A agência decidiu ainda que não deve haver descasamento entre a redução da taxa de interconexão (a VU-M) e a tarifa de público da ligação VC. A diferença desses valores não praticados nesta operação será calculada pela área técnica e no futuro a Anatel poderá decidir que este valor seja retirado contra outras tarifas.

SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: TGT Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

26/03/2015 - Telesíntese

Telefônica faz oferta de ações para pagar GVT

Com a aprovação de ontem, 25, pelo Cade, da compra da GVT pela espanhola Telefónica, o conselho de administração da empresa aprovou o aumento de capital. A intenção é captar pelo menos três bilhões de euros.

O Cade aprovou ontem, 25, a compra da GVT pela Telefónica de Espanha. Como consequência desta fusão, mudaram os principais executivos da operadora brasileira Telefônica Vivo – Amos Genish, ex-GVT, passa a acumular a presidência do grupo e a direção da Vivo – e também foi confirmada, hoje, a captação de recursos, via aumento de capital, para a aquisição da operadora.

Conforme o comunicado, "foi protocolado perante a CVM o pedido de registro automático da oferta pública de distribuição primária de, inicialmente, 113.049.225 (cento e treze milhões, quarenta e nove mil e duzentas e vinte e cinco) ações ordinárias ("Ações Ordinárias") e 219.950.615 (duzentos e dezenove milhões, novecentos e cinquenta mil, seiscentas e quinze) ações preferenciais de emissão da Companhia ("Ações Preferenciais" e, em conjunto com as Ações Ordinárias, "Ações"), todas nominativas, escriturais, sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, inclusive sob a forma de American Depositary Shares ("ADS"), representadas por American Depositary Receipts ("ADR") por meio de um aumento do capital social da Companhia".

No comunicado divulgado na Espanha, a empresa informa que o "preço das ações depois da ampliação será de 10,84 euros, enquanto o valor no fechamento da Bolsa na quarta-feira foi de 13,53 euros.

26/03/2015 - Telesíntese

Acionistas da Oi aprovam permuta de ações com PT SGPS

Operação reduz participação da portuguesa de 37,3% para 25,6% na concessionária brasileira.

Os acionistas da Oi aprovaram, em assembleia geral realizada nesta tarde, a permuta de ações com a PT SGPS. Com o resultado, as empresas têm sinal verde para concluir o acordo que reduziu a participação da portuguesa na concessionária brasileira. Pelos termos firmados em julho de 2014, a PT SGPS passará a deter 25,6% das ações da Oi e terá o poder de voto reduzido a 7,5% na CorpCo, empresa resultante da fusão entre ambas.

A diminuição decorre da descoberta de que a PT comprou papeis comerciais da Rio Forte, empresa do Grupo Espírito Santo e que decretou falência no ano passado, sem conhecimento da Oi. A Rio Forte não pagou os títulos, que somam 897 milhões de euros. Para arcar com o prejuízo, a Oi ficará com 12% das ações que pertenceriam à PT, entesourados. A portuguesa receberá opções de compras, que poderão ser exercidas aos poucos, pelos próximos seis anos, conforme consiga cobrar a dívida na Justiça de Portugal. Caso não consiga fazer a recompra, os papeis voltam ao mercado.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL

CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: TGT Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

CUT retoma luta contra o PL 4330, que pode ser votado dia 07/04

Mais uma vez, a CUT e demais centrais sindicais intensificam a luta contra o Projeto de Lei 4330/2004, que amplia e precariza ainda mais a terceirização no Brasil. A proposta, bancada pelos empresários, está novamente na agenda da Câmara dos Deputados. Por determinação do presidente da Casa, deputado Eduardo Cunha (PMDB\RJ), foi colocado na pauta de votação do dia 07 de abril. Para impedir este retrocesso, a CUT convocou uma grande mobilização em defesa dos direitos dos trabalhadores.

O PL 4330 é de autoria do ex-deputado federal Sandro Mabel, presidente do Sindicato das Indústrias de Alimentação do Estado de Goiás, e tramita na Câmara há mais de dez anos. Além de ampliar a terceirização para as atividades-fim, oficializando também a quarteirização, o projeto acaba com a responsabilidade solidária das empresas contratantes e reduz direitos.

Tucanos se articulam no Senado

A bancada do PSDB no Senado pediu o desarquivamento do PLS 87/2010, de autoria do ex-senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), que também libera a terceirização para as atividades-fim, na mesma linha do PL 4330.

ENTENDA

- Em 2013, a FUP somou-se às diversas mobilizações convocadas pela CUT e demais centrais sindicais para barrar o PL 4330, que em tempo recorde passou pelas comissoes da Câmara dos Deputados e entrou na pauta de votação.
- A luta surtiu efeito e forçou a suspensão da votação e a abertura de um processo de negociação do movimento sindical com governo, parlamentares e empresários.
- Diante da intransigência da bancada empresarial, que insistia em sua agenda de redução de direitos e precarização, as centrais sindicais intensificaram as mobilizações e o PL 4330 foi retirado de votação.

Pesquisa do Datafolha revela que brasileiros são contra privatização da Petrobrás

Apesar da campanha diária da mídia para tentar criminalizar a Petrobrás pelos erros de ex-gestores envolvidos em casos de corrupção, os brasileiros continuam acreditando na empresa e são contrários à sua privatização. É o que revela a pesquisa do Datafolha divulgada no último dia 22, onde 61% dos entrevistados disseram não à perda do controle estatal sobre a Petrobrás.

Segundo o instituto, a venda da empresa foi rejeitada em todas as faixas de renda, idade e escolaridade, em todas as regiões do país, independentemente de inclinação partidária. A pesquisa foi realizada nos dois dias seguintes às manifestações golpistas do dia 15, organizadas por grupos que pregam o impeachment da presidente Dilma. O Datafolha ouviu 2.842 pessoas. Apenas 24% dos entrevistados disseram concordar com a privatização da Petrobrás; 5% se disseram indiferentes e os outros 10% não responderam.

FUP no Forum Social

Pela segunda vez, a Tunísia é sede do Fórum Social Mundial, que reúne até domingo, 28, cerca de 60 mil pessoas na capital Tunis. Mais de quatro mil organizações sociais de 118 países estão inscritas para participar do evento, cujo tema este ano é "Dignidade, direitos e liberdade". Como nas edições anteriores, a FUP participa do Fórum, compartilhando a experiência do projeto de alfabetização MOVA-Brasil, que desenvolve em parceria com o Instituto de Educação Paulo Freire e a Petrobrás.

Foto: Divulgação

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL

CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: TGT Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

Foto: Agência Câmara

Petroleiros sacodem a Câmara em defesa da Petrobrás

Trabalhadores, estudantes e movimentos sociais compareceram em peso à Câmara dos Deputados Federais no último dia 24 para o relançamento da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Petrobrás, que conta com a participação de 210 deputados federais e 42 senadores. "A presença dos petroleiros e movimentos sociais hoje aqui nesta Casa encoraja e fortalece a nossa ação parlamentar em defesa do patrimônio nacional", destacou a deputada federal Maria do Rosário (PT/RS), se referindo às caravanas de petroleiros de vários estados do país que ocuparam um dos plenários da Câmara com seus uniformes laranja e faixas em defesa da Petrobrás.

O principal objetivo da Frente é desenvolver ações no Congresso para se contrapor às tentativas de privatização da estatal e do pré-sal, que colocam em risco a soberania e os interesses nacionais. "O sistema de partilha que nós conseguimos votar com o apoio e mobilização dos petroleiros e movimentos sociais garantiu à Petrobrás um patamar de muito maior valor estratégico", declarou o deputado federal Henrique Fontana (PT/RS), ressaltando que a estatal e o pré-sal continuarão intocáveis, "enquanto tivermos força política".

A Frente Parlamentar já está articulando reuniões com o presidente da Petrobrás e com a direção da ANP, além de audiências públicas em diversos estados do país para esclarecer a sociedade sobre os interesses políticos e econômicos que movem a virulenta campanha da mídia contra a estatal. O deputado Davidson Magalhães (PCdoB/BA), que preside a Frente, ressaltou a importância dessas iniciativas para mostrar à população a grandeza e competência da Petrobrás e que "não se pode criminalizar a empresa por atos individuais de corrupção dos que estão sendo devidamente investigados".

SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: TGT Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

25/03/2015 - Carta Maior

As estratégias de destruir o SUS para mercantilizar a saúde

Se privatizada, a saúde deixa de ser um bem público como direito social para se tornar mais um produto inserido na dinâmica capitalista global.

A proposta de destruir o SUS, na tentativa de privatizar a saúde pública brasileira, tem início no Governo FHC e veio embrulhada no contexto do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado. De fato, a Reforma fez parte da ação governamental como componente da estratégia neoliberal, compreendida por três ações básicas: a) substituição ao que se chamou de administração pública burocrática e clientelista por uma administração gerencial ou nova administração pública; b) modificação do sistema previdenciário, transformando-o em fundos de investimento; c) privatização de empresas e serviços públicos passíveis de reverterem seus objetivos sociais para a busca do lucro. O princípio básico da proposta sintetizava-se na administração gerencial, estabelecida nas relações de mercado, inclusive naquelas atividades consideradas como bens e serviços públicos em geral, especialmente a saúde e a educação. A implantação dessa política assumiu procedimentos açodados do governo, quando até mesmo aspectos formais não foram de todo resolvidos na premência de impor o novo modelo e por concepção autoritária de governar. Segundo COSTA FILHO: "... o processo [referindo-se à Reforma] se afasta de qualquer padrão democrático na medida em que se constrói sobre o informalismo e o lobby, de natureza intrinsecamente excludente" (COSTA FILHO, 1997, p. 188). Com tal formulação, a Reforma se apresentou excludente, autoritária e na confirmação do caráter intransitivo do Estado brasileiro quanto à acessibilidade popular da informação-pública e de resistência às conquistas sociais.

Todavia, a reforma do aparelho estatal, empreendida por FHC, ficou inconclusa diante da perspectiva distorcida da realidade socioeconômica e geopolítica do país, do inconsistente aspecto operacional, e da rejeição tácita pelos segmentos populares da sociedade. Porém, a sua essência resistiu e se consolidou. As agências autônomas, por exemplo, foram estabelecidas e fortalecidas, e se mantiveram insuladas no posicionamento de total independência do governo e, como sói acontecer, das classes populares, dialogando intensa e diretamente com grandes grupos econômicos e financeiros e representantes da elite burocrática. Bem como as proposições neoliberais se radicaram nas demais esferas de governo.

O entendimento, enfim, é de que a reforma do Estado FHC avançou até onde foi possível e politicamente satisfatória ao capital. Haja vista que à época houve a promulgação da Emenda 29, com previsão de garantia de recursos para a saúde pelos governos dos municípios, dos estados e federal. Porém, enfaticamente, a Emenda 29 transparece ser parte da estratégia para disciplinar os recursos da saúde que, revestida no simulacro de uma proposta com alcance popular, viabilizaria os investimentos de interesses privados a ser completada com a destruição do SUS. Contudo, os segmentos capitalistas ligados à saúde não puderam contar com o timing político favorável à reversão em benéficos próprios das perspectivas de mobilização dos recursos públicos financeiros em montantes colossais e garantidos que a nova emenda constitucional projetava. Primeiramente, houve a necessidade política de dar tempo ao tempo para o governo se refazer do esforço despendido na venda das empresas estatais a preços aviltantes. Fatos que não deixaram de melindrar a opinião pública, mesmo tendo sido um processo realizado com a escamoteação de informações sobre o processo de desestatização e o deliberado cerceamento de participação da sociedade civil, principalmente das classes populares, no debate que o assunto exigia.

Leia mais em:
cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/As-estrategias-de-destruir-o-SUS-para-mercantilizar-a-saude/4/33131

SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: TGT Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

25/03/2015 - Carta Capital

Chamem as meninas

A presença de mulheres em cargos de direção reduz a probabilidade de fraudes, sugerem algumas pesquisas

Se acreditarmos que a arte representa a realidade e filmes constituem um retrato, apesar de imperfeito, de atitudes e comportamentos, então não há dúvida de que o mundo das fraudes corporativas é um domínio masculino. Exemplos não faltam, com ampla variedade de vigaristas e trapaceiros.

Wall Street, de 1987, dirigido por Oliver Stone, traz Michael Douglas como o lendário Gordon Gekko, filósofo da ganância, rei da informação privilegiada e mestre da arte do enriquecimento fácil e ilícito. Others People's Money, de 1991, dirigido por Norman Jewison, tem Danny DeVito como Lawrence "Larry the Liquidator" Garfield, uma ave de rapina que busca vítimas entre empresas da economia real.

Rogue Trader, de 1999, dirigido por James Dearden, baseado em história real, traz Ewan McGregor como Nick Leeson, um investidor jovem e "brilhante", cujas estripulias maravilharam seus chefes e levaram o mais antigo banco de investimentos britânico à bancarrota. Boiler Room, de 2000, dirigido por Ben Younger, com Giovanni Ribisi, Vin Diesel e Ben Affleck, retrata as façanhas de um grupo de jovens corretores que mentem, chantageiam e roubam para ganhar o primeiro milhão de dólares, enquanto vendem ações sem valor a vítimas desavisadas.

Margin Call, de 2011, dirigido por J. C. Chandor e estrelado por Kevin Spacey, Paul Bettany, Jeremy Irons e Zachary Quinto, disseca a lógica perversa por detrás das operações de uma instituição financeira em crise. The Wolf of Wall Street, de 2013, dirigido por Martin Scorsese, com Leonardo DiCaprio, narra as peripécias amorais e fraudulentas de Jordan Belfort, corretor de valores que atuou com sucesso até ser desmascarado e processado.

Todos esses filmes narram histórias de meninos ambiciosos e agressivos, lutando por dinheiro e poder. A maciça presença masculina pode ser bem mais que mera coincidência.

Agora, das telas para a vida real. Gillian B. White, escrevendo para o website da revista The Atlantic em fevereiro, trata da importância do papel do chief financial officer (CFO), ou diretor-financeiro, no combate a fraudes. O autor comenta estudo realizado pela empresa de auditoria e consultoria Ernst & Young, em 2012. Cerca de 15% dos CFOs admitiram que cometeriam fraudes para ganhar negócios. E o resultado pode ser apenas a ponta do iceberg. A mesma pesquisa indicou que 39% dos respondentes consideravam as práticas de suborno e corrupção frequentes em seus países. Entre os brasileiros, o porcentual foi de 84%. Nenhuma surpresa!

A prevenção de fraudes e comportamentos desviantes é amplamente estudada nos campos da contabilidade, das finanças, do direito e da administração geral. A regulação e as práticas de governança corporativa evoluíram significativamente nos últimos anos. Entretanto, a ganância parece ter crescido e a arte de assenhorear-se fraudulentamente de bens alheios também evoluiu.

White comenta um estudo realizado por Ya-Wen Yang e Andrea Kelton, da Wake Forest University, e Allison Evans, da University of North Carolina, que explora outra dimensão do combate à fraude, a da presença feminina na gestão financeira e na diretoria de empresas. Com base em uma análise de dados de 1991 a 2011, as autoras concluíram que mulheres são menos propensas do que homens a participar de esquemas de evasão fiscal.

A composição, em termos de gênero, dos profissionais da diretoria de uma empresa afeta a forma como o grupo toma decisões, concluíram pesquisas anteriores. "As mulheres são mais orientadas pelo desejo de crescimento e desenvolvimento, enquanto homens são geralmente guiados pela busca do dinheiro e do poder, o que pode levar os últimos a tomar decisões baseadas estritamente em raciocínios econômicos em lugar de outros fatores, tais como senso de justiça e de decoro", observa White.

O trabalho de Yang, Kelton e Evans também sugere que ter uma mulher em um cargo de liderança provavelmente não será suficiente para garantir comportamentos éticos. Isso ocorre porque minorias podem ser alienadas ou ignoradas em processos fechados de tomada de decisão. É preciso ter uma massa crítica superior a 30% de mulheres para influenciar positivamente o comportamento do grupo.